

Trocas solidárias sem fronteiras

Robson Patrocínio de Souza*

Estamos vivendo momentos importantes relacionados à economia solidária no Brasil. Saímos do III Fórum Social Mundial (realizado no início deste ano, em Porto Alegre), convencidos(as) de que uma economia que privilegia essencialmente a vida é urgente e possível. Caminhamos agora para os preparativos dos Encontros Regionais de Economia Solidária, tendo em vista a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho, e a consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – que será a ponte entre o governo federal e a sociedade nos debates sobre o tema.

Somando-se a essas iniciativas, no Rio de Janeiro também vivenciamos um período singular, com o envolvimento do Fórum de Cooperativismo Popular/FCP-RJ na preparação da Plenária Estadual de Economia Solidária. O intercâmbio entre os vários grupos vem contribuindo para que a Rede Estadual de Socioeconomia Solidária - RJ torne-se uma realidade cada vez mais concreta. Isso sem contar a consolidação da Rede Estadual de Trocas Solidárias – que teve como espaço motivador o II Encontro Estadual, realizado de 1 a 3 de novembro de 2002 – e o esforço de criação de novos mutirões de trocas, que hoje já são seis.

Foto: Arquivo Pacs



Não temos a pretensão de dar respostas exatas ou apresentar soluções mágicas aos novos desafios que surgem neste contexto. Mas queremos encará-los com coragem e ousadia. E nos debruçamos sobre algumas reflexões. O que queremos transformar? Qual tem sido, e qual deveria ser, o papel das instituições envolvidas? Quais os reais espaços ocupados pelos grupos chamados de base nesse conjunto de iniciativas? Como fica a autonomia dos grupos diante das diversas propostas integradoras apresentadas? As reuniões mensais da Rede de Trocas Estadual e do FCP-RJ vêm colocando, pouco a pouco, essas discussões na mesa, para saber quais caminhos estamos trilhando.

Esses espaços nos quais temos desenvolvido iniciativas de socioeconomia solidária, microcrédito, compras coletivas, empreendimentos autogestionários – os fóruns, a Rede de Trocas e outras redes – devem ser também espaços pedagógicos, de exercícios concretos das novas práticas e valores que acreditamos. Mas também de denúncia das práticas e valores que combatemos, para que o processo educativo aconteça na relação *com* os grupos e não *para* os grupos. Assim, juntos(as), poderemos experimentar outras formas de relação e de superação de um sistema que cria sempre mais desigualdade.

Uma grande teia de transformação da realidade em que vivemos está sendo tecida, por diversas mãos. Vai se espalhando pelos estados brasileiros e ultrapassa suas fronteiras, pelo mundo afora. São milhares de iniciativas de economia solidária, que vêm ganhando espaço em nossas sociedades.

Estamos todos e todas convidados a conhecê-las e divulgá-las e a vivenciar os desafios e as perspectivas por elas geradas. Também estamos convidados(as) a criar e a sonhar com possibilidades que irão contribuir para que outro mundo seja realizável. Acima de tudo, estamos convidados(as) a

conviver com nossos conflitos e nossas diferenças, como espaço concreto de crescimento e amadurecimento do que é possível construirmos juntos(as) para o nosso bem viver. ☺

* Educador popular do Pacs, membro do GT Cadeias Produtivas do FCP-RJ e um dos animadores da Rede Estadual de Trocas Solidárias

Exemplo de inclusão social no Ceará



Existe um lugar, na periferia de Fortaleza, que vem há seis anos provando que a economia solidária é mais que possível: é um eficaz instrumento de combate à exclusão social. Conheça, a seguir, um pouco da experiência desenvolvida pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, o Banco Palmas. A assistente social e assessora de projetos do Banco, Sandra Magalhães, vem desde 1990 realizando um trabalho direto com a comunidade. Em um bate-papo com pesquisadores do Pacs, ela conta como funciona esse modelo de banco social, que está também associado à experiência de moeda social.

O estado do Ceará é muito pobre, talvez seja um dos mais pobres do Nordeste do Brasil. Fortaleza, a capital, tem uma população de 2 milhões de habitantes. A cidade é dividida em duas, uma turística, muito bonita, e a dois quilômetros da praia, a cidade real, da maioria da população, muito pobre. O mapa da fome da região metropolitana de Fortaleza (2000-2001) constatou que 47% da população não comem pelo menos uma vez por semana. É uma cidade cheia de contrastes, tem 662 favelas.

O Conjunto Palmeiras foi criado em 1973 como resultado do Programa de Desfavelamento implementado pela prefeitura de Fortaleza. Consistia em retirar a população pobre das áreas nobres da cidade, transferindo-a para esse lugar, distante 22 quilômetros do centro. Vem dessa época a luta do bairro por melhores condições de vida. Assim nasceu a associação de moradores e outras entidades comunitárias, como creches, grupos de mulheres, pastorais sociais.

Em 1997, foi feito um seminário para avaliar a situação socioeconômica da favela. A conclusão que chegamos foi a de que o bairro já estava semi-urbanizado, mas a pobreza continuava. O Banco Palmas surge dessa necessidade. Não se trata de uma instituição, mas de um projeto social desenvolvido pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Em todo o Brasil, para pedir um empréstimo, a pessoa passa por uma consulta cadastral no serviço de proteção ao crédito. No Banco Palmas, nada disso acontece, tudo funciona com uma lógica diferente.

Um dos critérios de acesso ao crédito no Banco Palmas é ser sócio de uma entidade de moradores, não necessariamente a associação que criou o banco, mas qualquer outra entidade associativa do bairro. Trabalhamos em parceria com todas as outras entidades que fazem parte da vida do bairro. Para facilitar esse acesso até para outras comunidades de Fortaleza e de outros lugares, adotamos um sistema de crédito e juros evolutivos.

Funciona da seguinte forma: o primeiro crédito vai até R\$300 e os juros que cobramos são de 2%; o segundo crédito é até R\$500 e os juros são de 2,5%; o terceiro crédito é até R\$1.000 e os juros são de 3%. É uma maneira de fazer distribuição de renda quando se trabalha com microcrédito. Não é justo que uma pessoa que toma um crédito de R\$100 pague os mesmos juros de uma que pode tomar o crédito de R\$800.

Outro ponto interessante no sistema é que trabalhamos com financiamento para produção e consumo, por meio de um cartão de crédito local. Empréstamos para o pessoal do bairro, para que as famílias possam produzir, mas também para que os(as) moradores(as) possam comprar de comerciantes e produtores locais. Funciona como um cartão de crédito comum, mas somente no bairro. Qual é o nosso objetivo com isso? É fazer a riqueza do bairro circular internamente para evitar o que se chama de círculo vicioso da economia.

Nesses seis anos do Banco Palmas, criamos uma escola de socioeconomia solidária, a Palmatec, e uma feira comunitária – acontece todo sábado em frente à associação de moradores. Isso resolveu uma das dificuldades locais, a comercialização. Criamos uma grife, a Palma Fashion, formada por costureiras do bairro financiadas pelo Banco. Um outro grupo de mulheres organizou uma oficina de artesanato, a Palmarte. Ainda há outra empresa, a Palmalimp, de produtos de limpeza. Além disso, abrimos uma loja solidária, que funciona na associação. Esta se tornou outro ponto importante de comercialização e divulgação dos produtos. Existe também um laboratório de agricultura urbana, um projeto de criação de galinha caipira e projetos de clube de trocas.

O Banco Palmas funciona com três moedas: o Real, o Palmares, que funciona nos clubes de trocas, e o Palmas, moeda corrente nos comércios locais. Desenvolvemos um sistema integrado, apoiado em uma carteira de R\$ 40 mil. Nossos estudos revelam que para o Banco se tornar sustentável, precisaríamos ter uma carteira de R\$ 300 mil. Por isso, fazemos parcerias nacionalmente e contamos com a cooperação internacional.

É preciso ressaltar a importância da iniciativa ser assumida como política pública. Estamos trabalhando com uma população de alto risco. Mas mesmo quando a pessoa não consegue pagar, emprestamos novamente. O Palmas tem este objetivo, de incluir as pessoas, de acreditar no ser humano e de achar que esse é o caminho para construir uma outra sociedade.

Banco Palmas: (85) 2693 800 - banco palmas@uol.com.br

Ary Moraes, produtor rural e fitoterapeuta há 25 anos, foi responsável pela adoção da fitoterapia – terapia com plantas medicinais – em diversas instituições públicas e ONGs. Desde 1999, participa do grupo de trocas Mutirão Quilombo da Serra em Teresópolis.

Entrevistador: Alain Simon



O que significa um grupo de trocas?

São pessoas nos bairros, nas comunidades, que se organizam para começar a trocar produtos, serviços e saberes. Isso estimula não só as pessoas desempregadas a começarem a produzir. Aquelas que têm saberes, cursos de idiomas, de informática, levam seus conhecimentos, seus serviços para essas feiras, assim como os profissionais, pedreiros, pintores, que também podem trocar serviços. A rede de trocas estimula o desenvolvimento econômico local, eleva a auto-estima da população desempregada, principalmente as que estão num processo de exclusão social, e também aumenta a qualidade de vida dessas pessoas. A questão da auto-estima é muito importante porque a pessoa desempregada, a pessoa que produz alguma coisa e não consegue vender no mercado formal, é muito valorizada dentro dessa economia das feiras de trocas, nas quais criamos nossos próprios critérios, nossos próprios princípios para funcionarmos na economia local.

Como é a participação da comunidade no grupo de trocas solidárias em Teresópolis?

Estamos nos organizando há dois anos e meio. Aos domingos, a partir das 15h, organizamos a feira. O importante da iniciativa foi que pessoas desempregadas começaram a produzir. Um segundo ponto foi que começaram a produzir produtos que antes só eram encontrados na economia formal. Hoje, elas produzem para a feira de trocas, porque sabem que o produto vai ter procura ali. E mais, a feira aumentou a renda dessas pessoas e gerou empregos porque elas começaram a trabalhar, a produzir.

O interessante é que estamos em uma área rural onde muitas pessoas estavam deixando de plantar porque não conseguiam vender seus produtos. Hoje, essas pessoas estão voltando a plantar para trocar na feira. Isso está aquecendo a economia local, o desenvolvimento dessa comunidade, as pessoas estão voltando a conversar, a se encontrar, e ver que não precisam apenas da economia formal, do dinheiro, para sobreviver. Elas perceberam que existem outras formas de trabalho e de produção. O mais importante é que na feira de trocas o dinheiro é apenas um agente facilitador, não o principal, é apenas meio, o fim é o ser humano e o trabalho.

Por que no mercado formal não havia espaço para essas pessoas?

Existe uma concentração tão grande de renda que a moeda oficial não circula mais, e isso acarreta desemprego. Há um desemprego enorme, principalmente entre as populações de baixa renda. Posso falar por experiência própria, sou produtor rural e estava com dificuldades de vender meus produtos no Rio de Janeiro. Depois de três anos participando das feiras de trocas, com produção dos meus medicamentos a partir de ervas medicinais, já não compro mais pão, verduras, legumes nem roupas. Estou estudando inglês, meu filho está estudando informática e pago tudo com minhas ervas medicinais.

O que é uma moeda social?

A moeda social é apenas um meio, não um fim, não tem juros, não serve para acumular, só serve para triangular as trocas. As pessoas podem trocar com uma e com outra, ela só regula isso. O que tem valor na feira de trocas é o trabalho. Outro fator é que emitimos a moeda e controlamos o ativo circulante na própria feira. Dizemos que é a economia nas mãos da gente, não a economia nas mãos de outros, que nós temos que trabalhar por uma economia que possamos controlar.

Quais os resultados desse tipo de projeto?

Tínhamos casas muito precárias, de barro. As pessoas não tinham banheiro, luz. Com o trabalho de cooperativismo, de economia solidária, as pessoas começaram a construir casas de tijolo, com banheiro, saneamento básico. Isso foi muito bom. As pessoas pararam de comprar produtos nos supermercados, antes o pouco recurso que tinham da economia oficial saía para grandes grupos econômicos. Enquanto isso, a população ficava cada vez mais pobre. Com o trabalho da economia solidária, fizemos com que o recurso ficasse na comunidade. Tínhamos um alto índice de mortalidade infantil. Conseguimos reduzir a zero, modificando hábitos alimentares, pela educação popular. A comunidade usava medicamentos das indústrias multinacionais e vivia doente. Hoje, não usa mais esses medicamentos, usa apenas as ervas medicinais produzidas na comunidade. ☺

Contato: (21) 2742-2913/ 3641-9048

Economia e feminismo

De 13 a 15 de junho de 2003, no Hotel Thermas, em Mossoró, acontece o seminário *Economia solidária e o protagonismo das mulheres*, promovido pelo Centro Feminista 8 de Março e pela Rede Economia e Feminismo. O encontro vai discutir a economia solidária sob a perspectiva feminista, como um mecanismo de análise da realidade das mulheres no Nordeste. Durante o seminário, o público poderá conhecer melhor o trabalho que vem sendo implementado pela Rede Economia e Feminismo. A economista Sandra Quintela, da coordenação do Pacs e do Comitê de Anulação da Dívida Externa no Terceiro Mundo, vai participar do evento.

Tempo de despertar

A reunião anual do G8 (grupo dos sete países mais ricos do mundo – França, Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, Canadá, Itália, Japão – além da Rússia) está marcada para 1 a 3 de junho, na França. Os resultados dos debates do G8 têm grande influência sobre as orientações políticas de instâncias como FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio) e Banco Mundial. Suas decisões exercem poderoso impacto nas desigualdades sociais.

Há mais de 10 anos, as reações contra o G8 se multiplicam. Basta lembrar a forte mobilização em 2001, em Gênova (Itália), culminando com a morte de um manifestante, Carlo Giuliani, vítima da violência policial.

Este ano, as reivindicações de contestação vão principalmente exigir paz, anulação da dívida dos países do terceiro mundo, outra distribuição de riqueza e, ainda, que os governos lutem contra a regressão social e as discriminações. Vale lembrar que o Brasil foi convidado a participar deste encontro. O presidente Lula deve defender a criação de um fundo de erradicação da fome no mundo.

PPA, você pode e deve participar

Até o final de julho, é possível participar do processo de formulação do PPA (Plano Plurianual) do governo federal. A proposta final precisa ser encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional até 31 de agosto. É a primeira vez que a sociedade civil organizada é convidada a participar da elaboração desse instrumento que, como reza nossa Constituição, tem que ser elaborado no primeiro ano de mandato de cada presidente para que oriente o planejamento orçamentário para os quatro anos seguintes.

O Pacs (Pedro Quaresma e Ruth Espínola) participou do encontro realizado pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), em Brasília, nos dias 7 e 8 de maio. Durante o evento, intitulado *O PPA no governo Lula: participação e controle social*, foi divulgado que 240 propostas já haviam sido recolhidas em oficinas realizadas pelo Instituto, sobretudo no que diz respeito às políticas específicas para as minorias.

O governo acaba de divulgar o texto-base de orientação para o PPA, na reunião ministerial do dia 19 de maio. E anunciou que serão realizadas audiências públicas em todos os estados para a discussão de propostas ao Plano. No Rio, a audiência vai acontecer no dia 10 de julho. A Abong/RJ (Associação Brasileira de ONGs) está encarregada da organização e convocação da sociedade civil para o evento.

Mais informações:

www.inesc.org.br
www.planejamento.gov.br

Hora certa

- De 27 a 29 de junho acontece em Brasília a Plenária Nacional de Economia Solidária. Para mais informações, contatar o Pacs: (21) 2210-2124.
- Solicite um abaixo-assinado e recolha assinaturas em prol da realização urgente de uma auditoria pública da dívida externa brasileira; da imediata anulação do Acordo de Cessão da Base de Alcântara aos EUA; e da convocação de um plebiscito oficial sobre a Alca ainda este ano. Informações no Pacs.
- O Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro convida a todos e todas a assistir suas reuniões, realizadas às segundas 3^{as} feiras de cada mês. Confira a agenda no Cedac com Marcos ou Nete: (21) 2509-0263. Ou entre no sítio www.cooppopular.hpg.ig.com.br
- O Museu da República será palco de feiras de trocas solidárias, das 18h às 21h, nas seguintes datas: 3-17/06; 1-15-29/07; 12-26/08. O museu fica na Rua do Catete, nº 153. Informações no Pacs.

Rede de trocas solidárias em debate

A seguir, trechos escolhidos de uma mesa-redonda realizada em maio de 2003, no Pacs, por pesquisadores(as) que trabalham com economia solidária no estado do Rio de Janeiro: Joana D’Arc de Moraes Santana, do Fórum Feminista do Rio de Janeiro, Flávio Antonio Brandão de Souza, militante da Pastoral Operária, e Robson Patrocínio, do Pacs.

Significados da rede

Flávio – A rede é um espaço de intercâmbio entre os vários grupos de trocas que temos no estado.

Robson – A rede é um grande processo que vai se dando a cada dia, em cada encontro, cada relação, cada feira. Uma grande teia que vai se formando com grupos em torno do objetivo de pensar uma economia voltada para o controle dos grupos, da população. Entendo a rede como um movimento de repensar os valores que estão colocados e que vivenciamos a partir desse sistema capitalista selvagem.

Joana D’Arc – A rede não é qualquer troca, é troca de economia, é troca de bens produzidos, troca de idéias, e idéias que não mantêm o que se tem construído sobre economia até agora. Isso me leva a ficar sempre atenta às pessoas. Assim, surge o intercâmbio, a troca, o permitir-se estar junto, trocando o que se produziu. Não consigo pensar a Rede de Trocas de Socioeconomia Solidária sem a realização das feiras, espaço de socialização do que cada pessoa conseguiu produzir.

Grupos de troca

Flávio – A rede é um grande processo de intercâmbio, que tem seus alicerces nos grupos, e aí vem justamente o ponto principal, não se consegue ter uma rede sem os grupos. Mas quem são esses grupos? Como se formam? Como trabalham? Assim conseguimos, de certa maneira, entender melhor o processo de construção da rede.

Robson – A rede nos coloca vários desafios, como reavaliar nossos valores, repensar o lucro, a riqueza, o prejuízo. Essas questões nos levam a buscar outros caminhos. É um espaço realmente de encontro de pessoas que têm várias idéias e perspectivas. É um encontro da diversidade, pois a rede permite isso.

Flávio – Os grupos de troca solidária são encontros de pessoas que procuram construir uma alternativa na economia atual, nos quais queremos desconstruir a riqueza cumulativa gerada pelo lucro. Entendemos que somos seres em um processo de solidariedade, de partilha, no qual podemos entender e dar sentido à vida. A esperança é a mola-mestra do sentido da vida. Quando as pessoas se reúnem para trocar produtos, serviços e outras necessidades, de certa maneira, estão construindo uma alternativa que não se baseia no dinheiro e sim na solidariedade.

Robson – Hoje, são seis mutirões que têm suas feiras, sua forma de funcionamento de acordo com cada realidade: Mutirão Quilombo da Baixada, Mutirão Quilombo do Catete, Mutirão Quilombo de Anchieta, Mutirão Quilombo da Serra, Mutirão Quilombo da Leopoldina, Mutirão Quilombo da Casa da Acolhida. Os grupos são esses e quem participa são pessoas das comunidades. Quem participa hoje das reuniões da Rede Estadual que acontecem mensalmente? Não podem ser só instituições, ONGs, sindicatos, não. A legitimidade tem que vir de baixo para cima. São as pessoas das comunidades que dão sustento e representatividade a essa rede. As instituições vêm somar, colaborar, ajudar a fortalecer. Mas quem são os grupos? Tem que ser, necessariamente, aquele povo que está fazendo economia informal.

Economia solidária

Robson – A rede de trocas se coloca como uma parte da economia solidária. Às vezes, digo que a rede é um tempero. Mas onde está o lucro, onde está a concentração de riqueza e, principalmente, quem produz isso tudo? Essa é uma questão, quem produz e quem mete a mão na produção de riqueza deste país? Na rede de trocas, esse questionamento está sempre presente. Essa teia é grande mesmo, é uma articulação estadual. Esse projeto se expande para outros grupos, outras partes do Brasil e até outros países. Pessoas que nem conhecemos estão nessa história. É aquela história que o padre Geraldo, do Mutirão Quilombo na Baixada, fala: não estamos inventando nada, estamos tentando aprimorar o que já vivenciamos há muito tempo.

Joana D’Arc – Quem faz economia informal? São as bases da nação brasileira. Mas não é uma base pequena; é uma base que tem mais de 60% da população. Nada mais justo do que o que nós produzimos seja visível. A dinâmica que os grupos garantem nas feiras vem do fato de que não toleramos mais tanta concentração de riqueza. O Brasil produz uma concentração de riqueza tão grande que isola as pessoas. Ficamos isoladas por não termos a mesma condição econômica, não termos o direito de ir e vir. Isso é perverso porque contradiz nossa proposta do que é ser humano, do resgate de conceitos como solidariedade, respeito, tolerância. Como posso ser tolerante com uma pessoa que come mais do que eu? Como a pessoa que come mais do que eu pode ser tolerante comigo se tem medo que eu a roube? A dinâmica dos grupos, baseada na solidariedade, quebra esses bloqueios capitalistas. ☺



Brasil Expresso

Nos dias 30 de maio e 1º de junho estará sendo realizada no Rio de Janeiro a Plenária Estadual de Economia Solidária. O evento foi convocado pelo Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular para que as organizações que trabalham com o tema no estado possam levantar propostas a serem levadas à Plenária Nacional, que vai acontecer em junho, em Brasília.

Na Plenária Nacional será definida a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, espaço de interlocução entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho, e a sociedade. A criação da Secretaria foi anunciada assim que o presidente Lula tomou posse, em janeiro, e seu secretário já foi indicado, o economista Paul Singer.

“Hoje no Brasil cerca de 60% dos trabalhadores sobrevivem de trabalho marginal, informal, não são assalariados nem mesmo protegidos. Esta dificuldade só pode ser superada por um movimento que atrele formas alternativas como as que a socioeconomia solidária vem evidenciar e que requer políticas públicas adequadas e corajosas”, enfatiza Ruth Espínola Soriano, economista do Pacs.

A expectativa é de que cerca de 600 delegados e delegadas representando os 27 estados brasileiros apresentem propostas acerca da Carta de Princípios e da composição do Fórum. “A Secretaria representa uma renovação da esperança do fortalecimento dos grupos de produção, das associações e das cooperativas populares que congregam o mundo do trabalho da socioeconomia solidária em todo Brasil”, acrescenta Ruth.

No Rio, a Plenária vai acontecer na PUC/Gávea. As seguintes instituições fazem parte da articulação fluminense: Anteag, Fórum de Segurança Alimentar - RJ, ITCP – Coppe/UFRJ, PUC/Pesquisa de Trabalho a Domicílio, Unitrabalho (PUC/UFRJ/UniRio), VivaRio, Seop, Rede Ecológica e Unacoop. O evento conta com o apoio de Capina, Cedac, Fase, Ibase, Pacs e Sindpd.

Mais informações no Cedac com Marcos ou Nete

Tel: (21) 2509-0263/Fax: 2222-2527

Mundo afora

Várias comunidades no mundo participam de projetos comunitários alternativos de produção e de consumo. Algumas delas aliam a prática das trocas a essas experiências, dentre elas enfocamos o movimento deliberado de grupos e comunidades que têm adequado as trocas a um projeto autônomo de sociedade.

Existem várias experiências com este teor. Aos poucos, elas se integram em redes e tornam-se mais potentes e visíveis para serem estudadas e disseminadas. São exemplos de sucesso: Austrália, Bélgica, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, El Salvador, Estados Unidos, Equador, França, Holanda, Honduras, Inglaterra, Japão, México, Paraguai, Peru, Tailândia, Uruguai e Venezuela.

Espantoso é o caso argentino que há mais de sete anos vem crescendo e tornando-se internacionalmente

conhecido. Em 2000, calculava-se que mais de 500 mil pessoas participavam dos “nodos” de trocas, movimentando de US\$ 2 bilhões a US\$ 4 bilhões por ano. Há províncias em que até mesmo impostos e pensões alimentícias podem ser pagas em moeda social, de acordo com permissão judicial. Naquele país, sabe-se que já existem pessoas satisfazendo 100% de suas necessidades nas redes.

No Chile, organizações da sociedade civil, como Caletas Sustentables e Cet Sur, têm promovido projetos aliados às trocas com cerca de 2 mil pessoas que vivem em comunidades campesinas e costeiras que extraem de algas, mariscos e vivem da pesca artesanal. Lá, agentes sociais e as trocas têm sido determinantes para garantir a soberania alimentar e o bem viver daquelas comunidades.

Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Apoio: Christian Aid, Trócaire e Ação Quaresmal

Coordenação-Geral: Marcos Arruda

Coordenação de Programas: Sandra Quintela

Conselho Editorial: Alain Simon, Cristiane Maria de Souza, Hermila Figueirêdo, Lycia Ribeiro, Jussara Oliveira, Kátia Aguiar, Pedro Quaresma, Robson Patrocínio, Ruth Espínola Soriano de Souza Nunes e Terezinha Pimenta

Distribuição: Gustavo Jorge Vaccihi e Leilane Brito
Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares? Fale conosco, teremos muito prazer em responder:

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609
Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

Tel/Fax: (21) 2210-2124

documentos@pacs.org.br

Edição: AnaCris Bittencourt

Projeto gráfico e diagramação: Rogério Nascimento

Impressão: Grafthaly Gráfica e Editora

Tiragem: 2 mil exemplares